

4^a

Plenária Estadual

do **Sindsef-SP**

18 e 19
de novembro
(sexta e sábado)

**Assembleia Geral de
alteração estatutária**
19 de novembro, às 15h

Local:

Colônia dos Vidreiros

Rua José Agapito Cardozo, nº 376,

Balneário Maracanã,

Praia Grande — São Paulo

Será disponibilizado ônibus para garantir a presença do servidor na assembleia.
Confirme participação pelo telefone 5085-1157

Conjuntura
(Pág. 3)

Projeto de anistia dos dias de greve do MTE
(Pág. 4)

Congresso da CSP-Conlutas
(Pag. 8)



Reforma sindical é mais um ataque aos trabalhadores

A cooptação do movimento sindical não é uma novidade no capitalismo. Mas talvez nunca tenha sido tão profunda no Brasil quanto nos últimos anos. A partir do governo Lula, dirigentes sindicais foram premiados com cargos e todo tipo de benesses. Isso, por si só, criou imensos obstáculos à luta dos trabalhadores e nos deixou vulneráveis a ataques como a Reforma da Previdência em 2003. Mas o governo ainda quer ir além.

Tramita na Câmara dos Deputados, desde 2005, a Proposta de Emenda à Constituição 369, que promove a Reforma Sindical. Essa PEC chegou a entrar na pauta da Comissão de Constituição e Justiça na Câmara no último dia 27 de outubro, mas foi retirada graças à pressão dos trabalhadores, mobilizados pela CSP Conlutas e outras entidades. No entanto, pode voltar à pauta da CCJ a qualquer momento e, se for aprovada, seguir para votação em plenário.

O que propõe a PEC 369? Entre outras coisas, que os acordos firmados entre patrões e trabalhadores estejam acima da legislação trabalhista. Ou seja, os direitos históricos conquistados pelos trabalhadores passam a ser objeto de negociação. Se um sindicato pelego concordar em negociar redução de salários ou eliminação das férias remuneradas, esse “acordo”

teria validade para a sua categoria.

Essa medida fragiliza nossa classe, pois na prática significa uma flexibilização dos direitos trabalhistas. Mas, por outro lado, fortalece os sindicatos burocratizados, que, mesmo sem o respaldo de sua base, passam a ter o poder de decidir o futuro dos trabalhadores. Basta uma assinatura do dirigente sindical no acordo coletivo e lá se vão direitos arduamente conquistados na luta contra o capital.

Não se enganem: essa PEC foi negociada na época com a CUT e a Força Sindical. Isso é mais uma demonstração cabal de que essas centrais sindicais não representam os trabalhadores e só se interessam em manter e aprofundar os privilégios de suas cúpulas dirigentes.

Nós já vimos, neste ano, o que uma entidade burocratizada é capaz de fazer. A CONDSEF assinou um acordo com o governo sem consultar sua base. Um acordo péssimo, aviltante. Agora, imaginem se a CONDSEF e o governo tivessem o poder de abolir ou reduzir nossos direitos com uma canetada...

A luta dos trabalhadores deveria ser para ampliar conquistas. Por amplo e irrestrito direito de greve, pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários, por aposentadorias dignas, etc. Infelizmente, temos sido atacados e forçados a lutar para não perder o pou-

PRESTAÇÃO DE CONTAS - SETEMBRO 2011

SALDO INICIAL	R\$ 20.266,68
TOTAL DAS RECEITAS (Consignações dos filiados, pagto. empréstimos, aplicação da poupança etc.)	R\$ 200.155,14
DESPESAS	
ADMINISTRATIVO (Aluguel da sede e núcleo de Pirassununga, custas processuais, manutenção da sede, copa e limpeza, material de escritório etc.)	R\$ 23.275,55
FUNCIONÁRIOS (FGTS, salários, seguro saúde, INSS, V.R., V.T etc.)	R\$ 56.899,46
SINDICAL (Hospedagens, locação de veículos, viagens, reunião de diretoria, cursos/palestras, doações etc.)	R\$ 44.997,02
CONTRATOS / PRESTADORES DE SERVIÇOS (Contabilidade, Jurídico, informática, motoboy, vigia noturno etc.)	R\$ 32.245,60
IMPRENSA (Jornal, boletins, cartazes, faixas, assinatura Folha de São Paulo)	R\$ 7.229,90
CORREIOS (Envio de jornal, impresso especial etc.)	R\$ 8.397,75
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (CONDSEF CSP-Conlutas etc.)	R\$ 24.909,89
VEICULO (Seguro, combustível, pedágio, estacionamento etc)	R\$ 1.348,35
TELEFONES (Celulares e Telefônica)	R\$ 4.879,34
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 204.182,86
RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS	R\$ - 4.027,72
SALDO FINAL	R\$ 16.328,96

**FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO!
ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU.**

co que temos. Isso é inaceitável.

Precisamos de uma grande mobilização para resistir à PEC 369 e retirá-la de uma vez por todas da Câmara dos Deputados. Mas precisamos, sobretudo, reorganizar a classe trabalhadora para fazer frente a esse e muitos outros ata-

ques em curso. Reorganizar para que tenhamos entidades sindicais verdadeiramente combativas e independentes, que defendam os nossos direitos frente ao governo e à burguesia. Essa será nossa luta também na Plenária Estatutária da CONDSEF em abril de 2012!

Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo

Rua Capitão Cavalcanti, 102 - Vila Mariana - São Paulo - SP - CEP: 04017-000 - Tel.: (11) 5085-1157 - Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> - e-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br

Jornalista responsável: Fábica Corrêa (MTB 31270/RJ) - Estagiário: Felipe Nascimento - Colaborou para esta edição: Eliana Maciel

Tiragem: 7.000 Exemplares - Projeto Gráfico / Diagramação: Fábio Fernando - Impressão: Grafis Soluções Gráficas Ltda. - São Paulo / SP



A corrupção e as ONGs

Orlando Silva foi o quinto ministro a cair por denúncias de corrupção

Até o mês de outubro caíram seis ministros do Governo Dilma. Cinco deles envolvidos em escândalos de corrupção. O último foi Orlando Silva, do Ministério dos Esportes, cuja pasta, de acordo com as denúncias, pode ter sofrido desvios de cerca de R\$ 40 milhões nos últimos anos.

O caso chamou a atenção pela utilização irregular e descontrolada de inúmeras ONGs para captação de recursos públicos, prática generalizada também em outros ministérios.

O Ministério das Cidades, por exemplo, responsável pelo projeto “Minha Casa, Minha Vida”, de construção de moradias populares, financiadas pelo governo federal, está sendo alvo de denúncias veiculadas nos meios de comunicação. As denúncias apontam fraudes no processo de seleção de candidatos deste programa do governo, que deveria beneficiar famílias pobres. As denúncias mostram que associações e ONGs credenciadas pelo governo forjam documentos e cobram taxas ilegais de interes-

sados em realizar o sonho da casa própria. Com autorização do governo, essas entidades escolhem as famílias, criam os projetos e até executam as obras.

E nos outros ministérios?

De forma geral, só neste ano, as ONGs receberam mais de R\$ 2 bilhões da União por meio de convênios e parcerias. Os sucessivos escândalos tomaram



proporções tão grandes que forçaram Dilma a baixar um decreto suspendendo por 30 dias os repasses de dinheiro público para as ONGs.

A ordem da presidente é que esses contratos sejam revistos no prazo de até 30 dias. O dinheiro só voltará a ser liberado depois de um parecer técnico que ateste a regularidade da parceria com entidades sem fins lucrativos.

Além do parecer técnico, a validação do contrato terá de contar com o aval pessoal do ministro de Estado da pasta que contratou a organização não-governamental. Se a regularidade não for comprovada em até 90 dias, o dinheiro liberado terá de ser devolvido aos cofres públicos e a entidade ficará impedida de celebrar novos convênios.

O decreto presidencial é mais uma tentativa de conter fraudes nos repasses bilionários às entidades privadas sem fins lucrativos. Enquanto o dinheiro é roubado, a população sofre diariamente com o sucateamento dos serviços públicos.

Sindsef-SP participa da campanha pelos 10% do PIB para a Educação Pública Já!

Será realizado plebiscito nacional entre os dias 06 de novembro e 6 de dezembro

OSindsef-SP aprovou, em reunião de diretoria, a participação na campanha impulsionada pela CSP-Conlutas e demais organizações, pelos 10% do PIB para Educação Pública Já! De 06 de novembro a 06 de dezembro será realizado plebiscito nacional para saber se a população é a favor ou contra exigir que o governo faça esta destinação de recursos. O Sindsef-SP participa com 10 urnas em diferentes locais de trabalho.

Contradição

O Brasil tem uma contradição enorme. Apesar de ser a 7ª economia mun-

dial, ocupa o 93º lugar no ranking da educação. Possui mais de 14 milhões de analfabetos totais e 29,5 milhões de analfabetos funcionais, que não conseguem entender o que lêem. As taxas de evasão escolar são as maiores da América Latina. As escolas públicas estão sucateadas, os professores desvalorizados e sofrendo com o arrocho salarial.

Em 1997, o Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira, a partir de um diagnóstico da realidade educacional, indicou metas para a universalização do direito de todos à educação que implicavam um investimento público da ordem de 10%

do PIB nacional. Naquele momento o Congresso Nacional aprovou 7%, percentual vetado pelo governo FHC e veto mantido pelo governo Lula da Silva. Hoje, o Brasil aplica menos de 5% do PIB nacional em Educação. Passados 14 anos, a proposta do governo para o PNE em debate no Congresso Nacional define novamente a mesma meta não cumprida, de 7% do PIB para a Educação, mas somente em 2020.

Prioridade

Dilma cortou mais de 50 milhões do orçamento, usando como des-

culpa uma conjuntura de provável recessão internacional. Com isso, a educação também sofreu cortes.

Mas, enquanto diz que não há recursos, o governo segue cumprindo religiosamente o pagamento da dívida pública, dando isenções fiscais para o setor empresarial, destinando recursos públicos para a copa e as olimpíadas. Além disso, boa parte do dinheiro público se perde na corrupção.

Fica claro que há verbas, mas é preciso reverter as prioridades do governo, garantindo o investimento dos recursos no serviço público.



MTE - Projeto de Decreto Legislativo 335/2011

Mobilização da categoria nacionalmente é fundamental para aprovar o Decreto

Encontra-se tramitando na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 335/2011, desde agosto. O PDC trata da anistia da reposição dos dias de greve dos servidores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O relator é o deputado Sandro Mabel (PR/GO).

A proposta, feita pelo deputado Amauri Teixeira (PT/BA), indica que outro acordo poderia ter sido construído. Fica evidente a vontade política do Governo em punir os servidores que exerceram o, legítimo, direito de greve. Além disso, ressalta que a direção da Condsef e da CUT, erraram ao assinar um acordo espúrio, que trouxe prejuízos à categoria.

O Sindsef-SP também está se articulando. No mês de setembro realizou uma reunião com o deputado Ivan Valente. O objetivo foi buscar apoio para tentar anistiar os dias de greve através da pressão parlamentar.

A aprovação deste projeto só vai ocorrer através da mobilização da categoria. É preciso que as entidades nacionais tomem à frente deste processo. Aliás, esta seria uma excelente oportunidade da Condsef desfazer os males causados aos servidores do MTE, com a assinatura desse acordo de reposição de horas.

Esperamos que a Condsef, junto com Fenasps e CNTSS adotem medidas que visem a mobilização da categoria nacionalmente afim de pressionar os parlamentares para a aprovação imediata desse projeto de anistia.

Ponto eletrônico

Em São Paulo já foi solicitada pesquisa de preços para adesão à licitação feita pelo MTE, objetivando a compra e instalação do ponto eletrônico em todo o estado. Esta situação além dos outros problemas já conhecidos, como falta de condições de trabalho, política permanente de treinamento e de um plano de carreira que resolva o pro-

blema salarial da categoria, tem levado a um processo cada vez maior de esvaziamento do órgão.

A pressão exercida pelo Superintendente José Roberto de Melo tem estimulado a maioria das chefias a um processo de perseguição diária aos servidores. Com a instalação do ponto eletrônico no Estado a situação tende a piorar.

Dia de Luto

O Dia do Servidor Público foi lembrado pela categoria como um dia de luto. Durante o expediente do dia 26/10, servidores de diferentes órgãos, no Estado de São Paulo, vestiram preto e pediram respeito ao serviço público e ao servidor público.

Infelizmente, nos últimos anos, o servidor público não tem o que comemorar. Mas, apesar das derrotas impostas pelos governantes, que se negam a atender as reivindicações das categorias, os trabalhadores continuam na luta por seus direitos e melhores condições de trabalho.

Foto: Liliane S. Silva



Indignados com o desmonte dos serviços públicos os servidores se vestiram de preto

Foto: Glauber Giroto



Servidores da SPU/SP também aderiram ao Dia de luto



4ª Plenária Estadual do Sindsef-SP - dias 18 e 19 de novembro

No dia 19 ocorre assembleia geral para alteração estatutária

Nos dias 18 e 19 de novembro ocorre a 4ª Plenária Estadual do Sindsef-SP. Durante o mês de outubro foram realizadas diversas assembleias para eleger os delegados que participarão da plenária.

Na pauta do encontro estão: Plano de luta para o próximo período, análise de conjuntura, movimento dos servidores públicos federais e reunião dos setoriais. Além disso, ocorrem debates sobre a importância dos sindicatos e a luta contra a burocratização.

No sábado, 19, será realizada uma Assembleia Geral para alteração estatutária, a partir das 15h.

Vale lembrar, que a participação na assembleia é aberta a todos os servidores da base. As duas atividades serão na Colônia dos Vidreiros, na Praia Grande. Para garantir a participação da base na assembleia será disponibilizado um ônibus para levar o servidor até a colônia.

Confirme a participação pelo telefone 11 5085-1157, no horário de 9h às 18h, até o dia 16 de novembro (quarta-feira).

O endereço da Colônia dos Vidreiros é Rua José Agapito Cardozo, nº 376, Balneário Maracanã, Praia Grande – São Paulo.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL PARA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

O SINDSEF-SP - SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, em conformidade com o artigo 82º. de seu estatuto, convoca todos os seus filiados para participarem da ASSEMBLEIA GERAL PARA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA, a realizar-se no dia 19 (dezenove) de novembro de 2011 (dois mil e onze), às 15:30 (quinze e trinta) horas em primeira convocação e as 16:00 (dezesseis) horas em segunda e última convocação, nas dependências da Colônia de Férias do Sindicato dos Vidreiros (salão de eventos), situada na Rua José Agapito Cardozo, No. 376, Balneário Maracanã, Praia Grande, São Paulo.

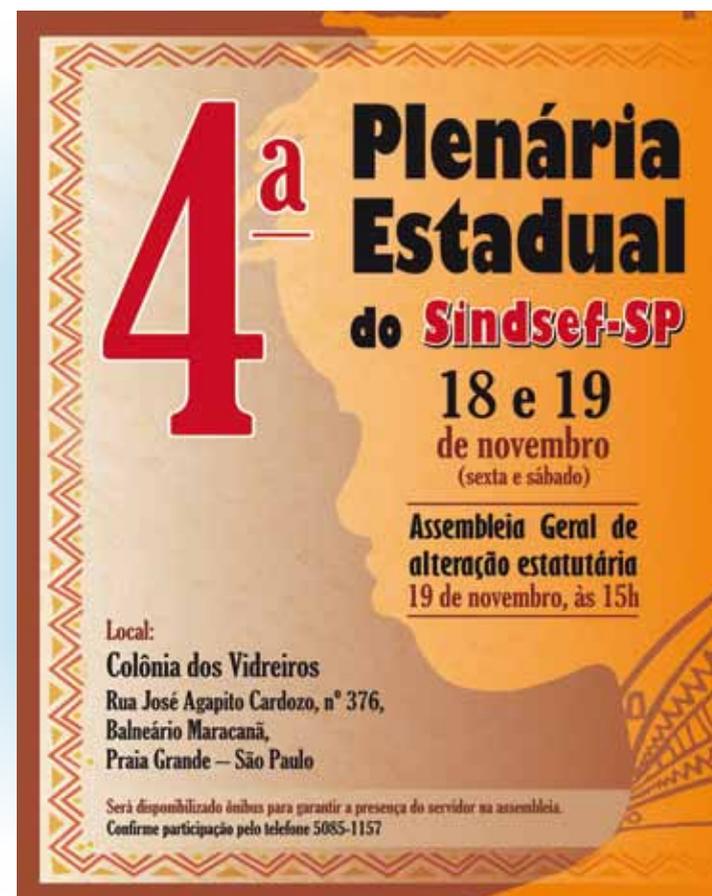
São Paulo, 17 de outubro de 2011.

DIRETORIA COLEGIADA DO SINDSEF-SP

Eladir Elizabeth Lima
Secretária Geral I

Claudine Nóbrega Gomes
Secretária de Finanças I

O Edital de convocação da Plenária e da Assembleia foi publicado no dia 18 de outubro, no Jornal Diário de São Paulo. Acesse www.sindsef-sp.org.br para ler a página scaneada.



INSS - Servidores pressionam pelo retorno das 30 horas semanais

Os servidores das agências do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, estão aguardando a publicação da Portaria restabelecendo a jornada de 30 horas, sem redução de salário. Uma nova reunião esta prevista para o dia 10 de novembro, com o Ministro da Previdência, Garibaldi Alves, e entidades representativas dos servidores.

A expectativa em torno da assinatura da portaria é grande. Mas a luta não acabou. Apesar do presidente do INSS, Mauro Hauschild, ter afirmado que não existe impedimento jurídico para readoção das 30h, a portaria não está garantida. A categoria deve manter a mobilização pela jornada das 30h e, mais, que seja estendida a todos os servidores do Instituto.



FORA Eduardo de Azeredo Costa, presidente da FUNDACENTRO

Os servidores estão fartos da falta de respeito, perseguições e assédio moral

No dia 20 de outubro, o Sindsef-SP organizou um protesto onde os servidores da FUNDACENTRO exigiram a exoneração do presidente da instituição, Eduardo de Azeredo Costa. Uma das faixas colocadas na frente do órgão trazia a seguinte frase: “Para que a FUNDACENTRO volte a cumprir o seu papel, FORA Eduardo de Azeredo Costa!”.

A FUNDACENTRO atua, há 45 anos, na área de prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. No entanto, seus próprios trabalhadores vivem num ambiente pesado, onde impera um clima opressor e ditatorial.

Enquanto os recursos da entidade são gastos com projetos desvinculados das atividades fim, os técnicos ficam impedidos de realizarem seu trabalho por falta de verba para pagamento de passagens e diárias. Muitas vezes as atividades têm sido custeadas pelas instituições parceiras ou até mesmo pelo próprio servidor para que a instituição não perca credibilidade e tenha a sua imagem manchada.

Durante o protesto, os servidores botaram a boca no trombone e denunciaram uma série de problemas e irregularidades que vem ocorrendo na gestão do atual presidente, tais como:

⇒ A criação de um novo estatuto, com inúmeros cargos de gestão (DAS) lotados em Brasília, inclusive com atribuições de definir as atividades técnicas da entidade, sem que haja um órgão interno que discuta a viabilidade destas ações.

⇒ A realização de um evento denominado “Bienal da FUNDACENTRO”, que consumiu cerca de R\$ 270.000,00, dos quais R\$180.000,00 foram gastos com locação,

não se sabe do que, já que o evento foi realizado em local que pertence ao MTE.

⇒ Nomeou como sua substituta a chefe da procuradoria federal, o que representa nítido conflito de interesses. Essa senhora usa e abusa dos carros oficiais para ir a médicos, laboratórios, clínicas (inclusive de estética), concessionárias de veículos, bancos, advogados particulares, residência/trabalho/trabalho/residência. Foram mais de cem requisições de veículos emitidas com essa finalidade.

Os trabalhadores não toleram mais a falta de respeito com o trabalho técnico, as perseguições e o assédio moral, que vem acontecendo nesta gestão.

Foto: Felipe Nascimento



Os servidores da FUNDACENTRO exigem a saída do presidente do órgão

Foto: Fábria Corrêa



O ato reuniu cerca de 40 servidores da casa

EMGEPRON

No início de outubro o Sindsef-SP participou, no Rio de Janeiro, de reunião com a EMGEPRON (Empresa Gerencial de Projetos Navais).

No encontro foi entregue a pauta de reivindicação dos trabalhadores da Emgepron na Cidade de São Paulo e definiu-se a questão da representação pelo Sindsef-SP.

Até o fechamento desta edição não houve resposta sobre a pauta de reivindicação.

DEMITIDOS NO GOVERNO COLLOR

Foi aprovado, no dia 19/10, o PLS 372/2008 que reabre prazo para servidores públicos federais demitidos da administração pública, durante governo Collor; apresentem requerimento de retorno ao trabalho. O projeto depende agora de sanção presidencial para se tornar Lei.

PROGRESSÃO

O MPOG adiou para dezembro a publicação de decreto que regulamenta progressões de cinco categorias: celetistas do HFA e servidores do Inep, FNDE, DNPM e Dnit.

A Condsef divulgou, em seu site, a justificativa da gestora da SRH, Marcela Tapajós, para demora na publicação do decreto. Uma das causas seria a necessidade de a minuta passar por diferentes setores do governo. Antes de ser publicado o texto passa pela Conjur, Secretaria de Orçamento Federal, Gabinete da Ministra do Planejamento e Casa Civil.

Porém, é de conhecimento dos servidores que o processo já está na Casa civil desde 26 de setembro. Demonstrando o total desrespeito e desinformação proposital do governo. Uma manobra para atrapalhar a organização dos servidores.



Debate sobre as comunidades quilombolas

Sindsef-SP e Assincra realizarão mesa-redonda e exposição fotográfica no Incra

Foto de Dodora Teixeira

Em comemoração ao Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, o Sindsef-SP e a Associação dos Servidores do INCRA (Assincra) realizarão exposição fotográfica e uma mesa-redonda na Superintendência do órgão, em São Paulo, para debater sobre a atuação e as demandas das comunidades remanescentes de quilombos no Estado.

A exposição fotográfica traz registros de diferentes comunidades quilombolas do Estado, a partir dos arquivos dos fotógrafos Douglas Mansur e Dodora Teixeira. A exposição vai de 07 a 25 de novembro, no andar térreo do prédio do INCRA e será aberta ao público das 9h às 15h.

A mesa-redonda será realizada no dia 22 de novembro (terça-fei-

ra), às 14h no auditório do órgão. Haverá a participação de lideranças quilombolas, além de pesquisadores e ativistas. O intuito é abrir espaços de discussão e reflexão para que os representantes apresentem seus desafios e participem ativamente da execução de seus direitos territoriais junto aos órgãos responsáveis.

Atualmente, a Superintendência do INCRA em São Paulo registra 50 processos administrativos de reconhecimento e titulação de comunidades remanescentes de quilombos no Estado. Estima-se que estas comunidades somem mais de 2000 famílias a serem atendidas. Por isso, as atividades propõem trazer ao conhecimento do público a voz, o cotidiano e as reivindicações de algumas comunidades quilombolas.



Durante a 4ª Plenária Estadual do Sindsef-SP, será realizada uma apresentação cultural, em alusão ao Dia da Consciência Negra.

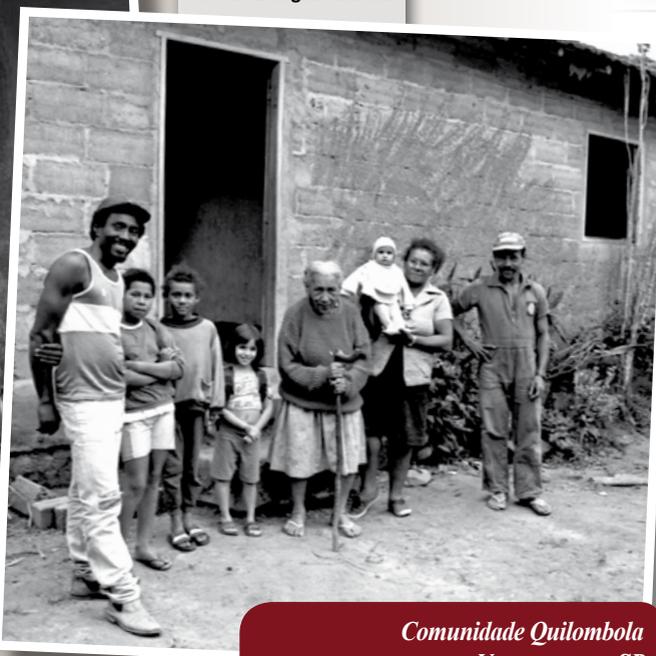
O tema, também, estará presente nos debates de organização das formas de atuações do sindicato no próximo período.

Foto de Dodora Teixeira



Dona Deja - Comunidade quilombola de Praia Grande - Iporanga - 2006

Foto de Douglas Mansur



Comunidade Quilombola Vaporantuva - SP

Visite o novo site:
www.sindsef-sp.org.br





Congresso da CSP-Conlutas

A central realizará o seu I Congresso entre os dias 27 e 30 de abril de 2012

○ Sindsef-SP é filiado à CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular), entidade alternativa às centrais governistas. A CSP-Conlutas vem cumprindo papel determinante nas principais lutas e greves dos trabalhadores no país, tanto no movimento sindical, popular, estudantil, como no de luta contra as opressões.

A Central realizará o seu I Congresso de 27 a 30 de abril de 2012, na cidade de Sumaré, em São Paulo. No dia 1º de Maio, aproveitando a presença das delegações de traba-

lhadores de todo o país, realizará um grande ato nacional.

Além da discussão de temas nacionais, a conjuntura internacional também será parte fundamental dos debates no congresso.

No dia 02 de maio será realizada uma reunião com representantes de vários países, inclusive os que viveram intensas lutas no último período na Europa.

No período de 1º de março à 15 de abril de 2012, o Sindsef-SP realizará assembleias para eleger os delegados que participarão do congresso.



Foto: Fernando França

Conclat, em Santos - SP: Momento histórico para a classe trabalhadora

História

A CSP-Conlutas foi fundada no Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, nos dias 5 e 6 de junho de 2010, unindo as experiências de organizações sindicais e populares agrupadas em movimentos bem distintos. Uma experiência inovadora na organização de classe no Brasil.

Da Coordenação Nacional de Lutas – CONLUTAS, que se organizava desde 2004, veio a maior parte da base sindical da nova entidade, que se uniu contra as reformas neoliberais aplicadas pelo governo Lula, e iniciou uma primeira experiência de incorporação dos movimentos populares numa mesma entidade.

Já o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), o MUST (Movimento Urbano dos Sem

Teto), o MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade) e outras organizações populares, trouxeram a experiência das lutas e mobilizações nos acampamentos, assentamentos e ocupações urbanas.

A Central nasceu agregando organizações da juventude e de luta contra a opressão sob a bandeira de um programa comum, de defesa dos interesses da classe trabalhadora, contra a exploração e a opressão capitalistas.

A CSP-Conlutas pauta sua atuação pela defesa das reivindicações imediatas e interesses históricos dos trabalhadores. Tem a perspectiva de alcançar as condições de construir uma sociedade socialista, governada pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras.

Por isso, defende a autonomia e independência frente ao Estado, governos e partidos políticos, a construção da unidade como valor estratégico na luta dos trabalhadores e trabalhadoras, a ação direta, a mobilização coletiva da classe como forma privilegiada de luta.

A solidariedade internacional é parte constitutiva do programa, um objetivo permanente a ser buscado pela Central. O fim de toda forma de opressão e exploração é uma tarefa que não se dará nos marcos de um só país e deve ser tomado no plano internacional.

Democracia operária

A central busca construir processos que assegurem a democracia operária. As decisões políticas da entidade baseiam-se na ampla

participação das entidades e organizações a ela filiadas, que tem autonomia política, organizativa e financeira. Possui uma estrutura de direção horizontalizada, com a participação de todas as entidades filiadas em sua Coordenação Nacional, que se reúne a cada dois meses. Os cargos na Secretaria Executiva Nacional da entidade são revogáveis, nos termos do Estatuto, a qualquer tempo. Os representantes são indicados pelas entidades, podendo ser substituídos por decisão soberana destas mesmas entidades. A proporcionalidade direta e qualificada na escolha de todos os membros de todas as instâncias está assegurada no Estatuto da Central.

A central busca a unidade de todos os setores combativos numa mesma organização nacional.